



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

DECRETO Nº 366/2022

Regulamenta a consignação em folha de pagamento de servidor público ativo ou inativo e pensionista do Município de Rodeiro

O Prefeito do Município de Rodeiro, Município de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 11/2008 – Estatuto dos Servidores,

Decreta:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A consignação em folha de pagamento do servidor público ativo, inativo e pensionista do Município, no âmbito do Poder Executivo, de que trata o Estatuto dos Servidores em seus artigos 42 e 43 é regulamentada neste Decreto.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste Decreto, considera-se:

- I – consignado: servidor público ativo, inativo e pensionista, vinculado a órgão ou entidade da administração direta e o pessoal contratado temporariamente por excepcional interesse público e para atendimento de programas dos governos Federal e Estadual;
- II – consignatário: entidade destinatária dos créditos resultantes de consignações compulsórias e facultativas, desde que credenciada para esta finalidade;
- III – consignante: Departamento de Pessoal do Poder Executivo, responsável por proceder ao desconto relativo às consignações compulsórias e facultativas na remuneração do consignado, em favor do consignatário;
- IV – Sistema de Folha de Pagamento: Sistema administrado pelo consignante, destinado ao desconto de consignação no processamento da folha de pagamento do consignado;
- V – Sistema de Gerenciamento de Consignação: sistema destinado a registrar averbação, cancelamento, reajuste, aumento e correção de valores de consignação;
- VI – consignação: desconto incidente sobre a remuneração, provento ou pensão do consignado, podendo ser compulsória ou facultativa;
- VII – averbação: procedimento que caracteriza a inclusão da consignação no Sistema de Folha de Pagamento;
- VIII – desconto: efetiva dedução, na remuneração do consignado, do valor mensal referente à consignação compulsória e facultativa;
- IX – remuneração bruta: a totalidade dos pagamentos que ordinariamente são feitos ao consignado, excluindo-se os de caráter extraordinário, temporário ou eventual;
- X – remuneração líquida: a remuneração fixa do consignado, deduzidos os descontos legais e excluídas as vantagens de caráter extraordinário, temporário ou eventual;
- XI – margem consignável: parcela da remuneração líquida que o consignado pode destinar para averbação e desconto de consignação facultativa;
- XIII – margem consignável para averbação: valor equivalente a dez por cento, trinta por cento e quarenta por cento da remuneração líquida, conforme o caso, calculado mensalmente, destinado à averbação de consignação facultativa;



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

XIV – margem consignável para desconto: valor equivalente a dez por cento, trinta por cento e quarenta por cento da remuneração líquida, conforme o caso, calculado mensalmente, destinado ao desconto de consignação facultativa

XV – limite: parcela da remuneração que o consignado pode destinar para averbação e desconto de consignação compulsória e facultativa;

XVI – limite para averbação: valor equivalente a setenta por cento da remuneração bruta, calculado mensalmente, destinado à averbação de consignações compulsórias e facultativas;

XVII – limite para desconto: valor equivalente a setenta por cento da remuneração bruta, calculado mensalmente, destinado ao desconto de consignações compulsórias e facultativas;

XVIII – reserva de margem consignável: procedimento que caracteriza a reserva de dez por cento da margem consignável, para pagamento de operações de empréstimo, financiamento e despesa contraídos por meio de cartão de crédito, a ser considerada apenas para os servidores que aderirem a esta modalidade de consignação.

Art. 2º Consignação compulsória é o desconto incidente sobre a remuneração, efetuado por força de lei ou decisão judicial, compreendendo:

I – contribuição para o Plano de Seguridade Social;

II – contribuição para a Previdência Social;

III – pensão alimentícia judicial;

IV – tributos incidentes sobre rendimentos do trabalho assalariado;

V – reposição e indenização de valores ao erário;

VI – custeio parcial de benefícios e auxílios concedidos pela administração direta, autárquica ou fundacional;

VII – cumprimento de decisão judicial ou administrativa;

VIII – mensalidade ou contribuição em favor de entidades sindicais, nos termos da lei;

IX – outros descontos compulsórios instituídos por lei.

Art. 3º Consignação facultativa é o desconto incidente sobre a remuneração, efetuado mediante autorização formal do consignado, para custear:

I – mensalidade a favor de entidade sindical e de entidade representativa do militar, do servidor civil e do pensionista;

II – contribuição a favor de partido político;

III – cotas de integralização e capitalização a favor de cooperativa instituída de acordo com a Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

IV – mensalidade de seguro de vida e de acidentes pessoais, individual ou em grupo, instituído em favor do consignado e de seus dependentes beneficiários, a favor de sociedade seguradora, ou entidade representativa do consignado, sendo esta, no caso de seguro em grupo, a estipulante da apólice;

V – mensalidade de pecúlio e de plano de previdência de caráter complementar instituído em favor do consignado e de seus dependentes beneficiários, a favor de entidade de previdência fechada e aberta, ou entidade representativa do consignado;

VI – mensalidade de plano ou seguro de saúde e/ou odontológico negociado coletivamente em benefício dos servidores ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes;

VII – amortização de empréstimo financeiro pessoal restrita a instituição bancária ou financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil;

VIII – cartão de crédito vinculado a Associação Comercial do Município ou com abrangência no Município fornecido por esta ou por terceiro que com ela contrate;

IX – custeio de ensino superior, técnico e profissionalizante, cursado pelo consignado e seus dependentes beneficiários, a favor de entidade representativa do consignado ou diretamente a favor



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

do estabelecimento de ensino, se vinculado a plano de benefício especial de desconto a servidores do Município;

X – prestação referente a financiamento de imóvel residencial, no âmbito de programa habitação, no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional e do Sistema Financeiro Imobiliário;

XI – pensão alimentícia de caráter voluntário, consignada em favor de dependente que conste dos registros funcionais de servidor ativo, inativo ou de pensionista.

CAPÍTULO II DO CONSIGNATÁRIO

Art. 4º Somente serão admitidos como consignatários para efeito de consignação facultativa:

I – instituição constituída sob a forma de cooperativa, de acordo com a Lei Federal nº 5.764, de 1971;

II – entidade sindical;

III – partido político;

IV – entidade de classe, associação ou clube representativo do consignado;

V – sociedade seguradora, autorizada pelo Ministério da Fazenda, sujeita à regulação e fiscalização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

VI – entidade fechada de previdência complementar, autorizada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, sujeita à regulação e fiscalização do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC – e da Secretaria de Previdência Complementar – SPC;

VII – entidade aberta de previdência complementar, autorizada pelo Ministério da Fazenda, sujeita à regulação e fiscalização do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP – e da SUSEP;

VIII – instituição mantenedora ou administradora de plano ou seguro de saúde e odontológico;

IX – instituição bancária ou financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil;

X – instituição pública financiadora de imóvel residencial.

Art. 5º Para comprovação do disposto no inciso IV do art. 4º, somente será permitida a admissão de consignatário cumpridor dos seguintes requisitos:

I – que, no mínimo, um terço da diretoria e órgãos colegiados seja composto por servidores efetivos, ativos ou inativos do Município;

II – que membros da diretoria ou de órgãos colegiados e seus parentes consanguíneos ou afins em linha reta, em qualquer grau, e em linha colateral, até o 3º grau e afins, não representem mais de uma entidade de classe, associação ou clube representativo do consignado, já credenciado como consignatário; e

III – que membros da diretoria ou de órgãos colegiados não sejam parentes consanguíneos ou afins em linha reta, em qualquer grau, e em linha colateral, até o 3º grau e afins.

CAPÍTULO III DO CREDENCIAMENTO, RECADASTRAMENTO E DESCRENCIAMENTO DE CONSIGNATÁRIO

Art. 6º O credenciamento e descredenciamento de consignatário se efetivarão por ato administrativo do Gabinete do Chefe do Poder Executivo, após parecer opinativo da Procuradoria.

Parágrafo único – O ato de credenciamento é vinculado e não configura acordo, formal ou tácito, entre o Município e o consignatário credenciado, sendo o Departamento de Pessoal apenas gestor no processo de averbação e consignação em folha de pagamento.



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

Art. 7º O processo de credenciamento de consignatário se fará pelo prévio preenchimento do formulário próprio, conforme Anexo I – “Credenciamento e Recadastramento de Consignatário”, em duas vias originais, com reconhecimento de firma em serventia notarial do (s) responsável (is) pelo requerimento, membro (s) da diretoria estatutária ou seu (s) procurador (es), acompanhado do original ou cópia autenticada, conforme natureza jurídica da entidade, dos seguintes documentos, referentes a:

I – identificação do consignatário, seu representante legal, seus produtos e serviços:

a) ofício assinado por responsável (is) pelo requerimento, informando a qualificação da entidade, os documentos apresentados, o(s) produto (s), serviço (s) e condições do (s) objeto (s) da consignação, endereço e telefone comerciais fixos, e o procurador, sediado no Município de Minas Gerais, responsável pelo atendimento ao consignado;

b) termo de procuração, por instrumento público, com firmas dos outorgados reconhecidas, ou instrumento particular, com firmas de outorgantes e outorgados reconhecidas, quando for o caso;

c) termo de contrato ou convênio firmado pelo consignatário com terceiro, quando se tratar de consignação prevista nos incisos X a XII e XIV do art. 3º, exceto quando se tratar de cooperativa de consumo e de estabelecimento de ensino pertencente à administração direta, autárquica e fundacional do Município;

d) termo de apólice do seguro de vida em grupo, contratado pelo estipulante e a sociedade seguradora;

II – atos constitutivos e atas de eleição e posse da diretoria vigente;

a) extrato dos registros dos atos constitutivos, e alterações posteriores ocorridas nos últimos cinco anos, efetuados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial;

b) ata de eleição e posse de diretoria estatutária e órgãos colegiados, e ainda, documento de aprovação da eleição emitido pelo Banco Central do Brasil, quando se tratar de cooperativas de crédito e instituição bancária ou financeira, e documento de aprovação da eleição emitido pela SUSEP, quando se tratar de sociedade seguradora e entidade aberta de previdência complementar;

c) estatuto social do consignatário;

d) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

III – comprovantes de regularidade de funcionamento, exigidos pela legislação vigente:

a) prova de regularidade fiscal: com a fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do consignatário que esteja inserto nos incisos II, V a X do art. 4º;

b) prova de regularidade com a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, observando-se o prazo de validade das certidões;

c) declaração do Ministério do Trabalho e Emprego reconhecendo o sindicato, especificando-lhe base territorial, categoria de servidores e abrangência;

d) certificado de registro na Organização das Cooperativas do Município de Minas Gerais – OCEMG, quando se tratar de cooperativa constituída de acordo com a Lei Federal nº 5.764, de 1971;

e) autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, relativamente às entidades fechadas, e pelo Ministério da Fazenda, por intermédio da SUSEP, relativamente às entidades abertas e seguradoras;

f) autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil, quando se tratar de cooperativa de crédito e de instituição bancária ou financeira e declaração das carteiras autorizadas a estas;

g) declaração da condição de servidor público civil ou militar do Município, efetivo, ativo ou inativo, emitida pelo respectivo órgão de lotação ou exercício, para, no mínimo um terço dos membros de diretoria e órgãos colegiados do consignatário previsto no inciso V do art. 4º;

h) ofício assinado por responsáveis pelo requerimento, atestando as condições previstas nos incisos II e III do art. 5º, no caso de consignatário a que se refere o inciso V do art. 4º.



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

§ 1º O consignatário deverá manter dados de representação com endereço físico e eletrônico (e-mail) e telefone comercial, visando possibilitar atendimento pessoal ao consignado no que se refere à contratação, fornecimento do saldo para quitação antecipada e exclusão da consignação no Sistema de Consignação.

§ 2º O credenciamento de consignatário previsto nos incisos I, XII e XIII do art. 4º se dará mediante apresentação dos documentos previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso I deste artigo, do formulário próprio, conforme Anexo I, e do comprovante de nomeação ou aprovação da diretoria estatutária.

Art. 8º Contados dois anos a partir do mês em que se deu o credenciamento ou o último recadastramento, o consignatário rerepresentará ao Departamento de Pessoal o formulário Anexo I, acompanhado dos documentos a que se referem a alínea “a” do inciso I e as alíneas “g” e “h” do inciso III do art. 7º, bem como dos documentos que tenham sofrido alteração e cujo prazo de validade tenha vencido.

§ 1º Os documentos exigidos para o recadastramento dos consignatários previstos nos incisos I, XII e XIII do art. 4º serão os mesmos previstos no § 2º do art. 7º.

§ 2º O consignatário fará constar no documento citado na alínea “a” do inciso I do art. 7º informação complementar relativa aos documentos não apresentados no processo de recadastramento, se houver, responsabilizando-se pelos efeitos danosos resultantes desta prática.

§ 3º Não cumprido o disposto no *caput*, O Departamento de Pessoal notificará o consignatário, via postal, por Aviso de Recebimento, ou por meio eletrônico, para que regularize sua situação no prazo de trinta dias do recebimento da notificação.

§ 4º O Departamento de Pessoal poderá autorizar a prorrogação do prazo previsto no § 3º, em situações excepcionais, analisadas pontualmente.

§ 5º Vencidos os prazos previstos nos §§ 3º e 4º, sem que o consignatário atenda ao disposto no *caput*, este será submetido a processo administrativo de descredenciamento, na forma do art. 9º.

§ 6º Até que seja finalizado o processo de recadastramento de que trata este artigo, o consignatário permanecerá autorizado a realizar averbação, alteração e exclusão de consignação no Sistema de Consignação, ressalvados os casos de comprovada má-fé.

§ 7º O consignatário deverá comunicar ao Departamento de Pessoal, a qualquer momento, por meio do e-mail institucional qualquer alteração cadastral, contratual, estatutária e alterações nas condições de fornecimento ou prestação de serviço ou produto, ocorrida após o ato do credenciamento ou recadastramento, juntando o documento relativo à alteração comunicada.

§ 8º A qualquer tempo, O Departamento de Pessoal poderá solicitar ao consignatário a apresentação dos documentos de que trata o art. 7º.

§ 9º Para o cumprimento do disposto no *caput*, O Departamento de Pessoal emitirá aviso para o endereço eletrônico cadastrado (e-mail), com trinta dias de antecedência ao vencimento do credenciamento ou do último recadastramento.



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

Art. 9º Ato lesivo do consignatário será apurado mediante processo administrativo, instaurado de ofício ou a pedido do interessado, e implicará, sem prejuízo do dever de indenizar, nas seguintes medidas:

I – suspensão do direito de averbação de novas consignações, a critério do Departamento de Pessoal, observado o disposto no § 3º;

II – descredenciamento do consignatário, o que implicará em:

a) impedimento à concessão de novo credenciamento pelo prazo de dois anos a contar da data de publicação do descredenciamento, podendo a Administração Pública concedê-lo após o decurso do referido prazo;

b) interrupção automática do desconto das consignações previstas nos incisos I a VI do art. 3º. § 1º O ato de descredenciamento ou suspensão será publicado no órgão oficial de imprensa do Município e comunicado aos consignados interessados mediante registro de mensagem no demonstrativo de pagamento do mês e ano em que se deu o ato.

§ 2º O ato lesivo, comprovado em processo administrativo, deverá se referir à conduta comissiva ou omissiva do consignatário que tenha causado dano ao consignado de uma das formas abaixo:

I – averbação de valor não autorizado ou de valor superior ao autorizado pelo consignado;

II – condicionamento de fornecimento de produto ou serviço a outro produto ou serviço;

III – venda de produto ou serviço inexistente ou, ainda, sem garantia de fruição ou recebimento;

IV – fraude na autorização de desconto em folha de pagamento do consignado;

V – não comprovação de atendimento às exigências legais ou deixar de atendê-las.

§ 3º A suspensão a que se refere o inciso I do *caput* será fixada pelo Departamento de Pessoal, mediante fundamento, consideradas a natureza e a gravidade da conduta, observados os seguintes prazos:

I – até noventa dias no caso dos incisos I e V do § 2º;

II – de noventa a cento e vinte dias no caso dos incisos II a IV do § 2º.

§ 4º O processo de descredenciamento do consignatário deverá ser instaurado em caso de reincidência nas condutas puníveis mediante suspensão.

§ 5º Decisão judicial, transitada em julgado, condenando o consignatário ao ressarcimento de prejuízos decorrentes de contrato pago por meio de desconto em folha de pagamento, poderá ser juntada ao processo de descredenciamento pelo consignado interessado, conforme o caso.

§ 6º Acordo realizado entre consignado e consignatário, judicial ou extrajudicialmente, poderá impedir o descredenciamento, desde que observadas as seguintes condições:

I – seja juntado ao processo antes da publicação do ato de descredenciamento;

II – seja formalizado por meio de documento em que conste firma reconhecida em serventia notarial de todos os consignados lesionados e do representante legal do consignatário e, se necessária, a interveniência de terceiro;

III – tenham as partes recebido, comprovada e efetivamente, a contraprestação respectiva prevista no acordo; e

IV – sejam restabelecidas a transparência e harmonia das relações de consumo, aferidas pela efetiva reparação dos danos patrimoniais e morais causados.

§ 7º É vedada estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenua as obrigações de indenização contidas em legislação aplicável à matéria.



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

§ 8º O consignatário descredenciado por ato lesivo, comprovado em processo administrativo, que tenha causado dano ao consignado, poderá ter indeferimento do novo credenciamento.

CAPÍTULO IV DA AVERBAÇÃO, DESCONTO E CANCELAMENTO DE CONSIGNAÇÃO

Art. 10. A consignação facultativa poderá ser averbada e descontada em favor do consignatário, mediante autorização prévia e expressa do consignado, por meio de formulário próprio e individual, na forma dos Anexos de autorização de desconto em folha, ou por meio de contratação via Terminal de Auto Atendimento – TAA –, internet ou assinatura digital presencial em equipamento digitalizador, gerenciados pelo consignatário.

§ 1º A reserva de margem consignável prevista e a autorização de desconto em folha deverão ser formalizadas na forma dos Anexos II e V deste Decreto, ou por meio de contratação via TAA, WEB e assinatura digital presencial em equipamento digitalizador.

§ 2º A averbação e o desconto da consignação prevista no inciso VIII do art. 3º se dará mediante prévia formalização da autorização de reserva de margem consignável, na forma do Anexo V deste Decreto, ou por meio de contratação via TAA, WEB e assinatura digital presencial em equipamento digitalizador.

§ 3º Fica o consignatário obrigado a registrar em log os dados do consignado, nome, matrícula e Cadastro de Pessoa Física – CPF, dados da consignação, número do contrato, taxa de juros, valor e quantidade de parcelas, valor total financiado, mês e ano de início e fim do contrato.

§ 4º Compete ao consignatário a guarda das autorizações de desconto em folha na forma dos Anexos II a V, e do log de registro da contratação no TAA, na WEB e assinatura digital presencial em equipamento digitalizador, responsabilizando-se pelos danos resultantes de seus extravios ou perdas, devendo apresentá-los ao consignante, sempre que solicitado.

§ 5º A autorização de desconto em folha na forma dos Anexos II a V, ou o log de registro da contratação no TAA, na WEB e assinatura digital presencial em equipamento digitalizador, deverá ser mantida em arquivo do consignatário pelo prazo de duração do desconto em folha ou pelo prazo estipulado na autorização e, quando for o caso, no contrato que gerou a consignação, somado cinco anos.

§ 6º É dever do consignatário a indenização correspondente a duas vezes o valor descontado indevidamente na folha de pagamento do consignado, decorrente de averbação não comprovada ou em valor diferente do valor contratado e registrado nos Anexos II a V, ou o log de registro da contratação em TAA, WEB e assinatura digital presencial em equipamento digitalizador, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas no art. 9º.

§ 7º A indenização prevista no § 6º será aplicada, também, quando houver débito indevido, decorrente de consignação cujo contrato tenha sido quitado antecipadamente e o consignatário, após observado o prazo estabelecido em cronograma, não tiver procedido a exclusão, tempestivamente, das parcelas.

§ 8º Em nenhuma hipótese, poderá haver averbação de consignação em valor diferente do autorizado ou contratado pelo consignado, ressalvadas as situações de:



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

I – aumento, reajuste e correção previstos em legislação específica ou em ato constitutivo do consignatário e, desde que solicitados ao consignante, na forma do art. 15;

II – redução do valor e o parcelamento de consignação relativa aos incisos VII e VIII do art. 3º, desde que não resulte em majoração da consignação.

§ 9º Celebrado o contrato da consignação a que se refere o inciso VII do art. 3º, e realizada a averbação no sistema, o consignatário obriga-se a liberar o valor contratado, no prazo de até dois dias úteis, crédito este que deverá ser efetuado, obrigatoriamente, em conta bancária de titularidade do consignado.

§ 10. A consignação facultativa não se aplica ao consignado sujeito à condição de tutelado e curatelado, ao pensionista menor de vinte e um anos e ao pensionista portador de invalidez temporária.

§ 11. A remessa dos dados de que trata este capítulo, fora dos prazos definidos pelo consignante, implicará recusa ou exclusão da folha do mês de competência.

§ 12. A autorização de reserva de margem consignável, seja na forma dos Anexos II e V deste Decreto, de TAA, WEB e assinatura digital presencial em equipamento digitalizador equivale à autorização de desconto em folha, nos casos de consignação relativa a operações de empréstimo financeiro, financiamento e despesa contraída por meio de cartão de crédito.

§ 13. Fica o consignatário dispensado de apresentar, mensalmente, as Autorizações de Desconto em Folha de Pagamento na forma dos Anexos II, III, IV e V deste Decreto ou do log de registro da contratação em TAA, internet e assinatura digital presencial em equipamento digitalizador, ao gestor da Folha de Pagamento.

§ 14. Poderá o gestor da folha de pagamento, a qualquer momento, exigir do consignatário a apresentação dos Anexos II a V ou os log de registro via TAA, WEB e assinatura digital presencial em equipamento digitalizador, sem período definido, com o objetivo de verificar e validar o procedimento de consignação praticado pelo consignatário, buscando garantir segurança ao processo, podendo aplicar as penalidades legais cabíveis.

§ 15. Ficam os consignatários responsáveis pelo correto e integral preenchimento dos formulários contidos nos anexos deste Decreto.

Art. 11. O registro das operações de consignação deverão ser enviadas em relatório de consignação até o dia 20 de cada mês para consignação na folha do mesmo mês de referência.

Art. 12. Para efeito de averbação, aumento, reajuste ou correção e de desconto de consignação facultativa não poderão exceder ao percentual de 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração mensal líquida do consignado.

§ 1º As vantagens remuneratórias, componentes da base de cálculo das margens consignáveis e do limite previstos neste artigo, serão definidas pelo Departamento de Pessoal.

§ 2º As vantagens remuneratórias relativas a férias-prêmio, um terço de férias regulamentares, décimo terceiro salário, abono e rendimentos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, abono família e auxílios, pagas ao consignado, não compõem as bases de cálculo das margens consignáveis e limite previstos neste artigo.



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

Art. 13. A averbação de consignação facultativa será acatada, em situação de saldos positivos de margem e limite, desde que respeitadas as seguintes restrições operacionais:

I – de, no máximo, quatro consignatários, por consignado

II – de, no máximo, um cartão de crédito limitado a uma bandeira, por consignado;

III – de, no máximo, três consignações relativas a empréstimo financeiro pessoal;

IV – de, no máximo, 96 (noventa e seis) parcelas para empréstimo financeiro pessoal.

Art. 14. O desconto das consignações compulsórias tem prioridade sobre o das facultativas.

§ 1º Não havendo saldo de margem e limite disponíveis para desconto de todas as consignações facultativas averbadas, será observada a antiguidade da averbação do desconto.

§ 2º Na impossibilidade de aplicação do disposto no *caput*, verificar-se-á a possibilidade de desconto pelo valor de cada consignação, observada a ordem decrescente de valor.

§ 3º As consignações decorrentes de amortização de empréstimos e financiamentos que não puderem ser integralmente efetivadas por falta de margem consignável serão parcialmente descontadas, utilizando-se o saldo disponível, e os valores que eventualmente o ultrapassarem serão incorporados ao saldo devedor da operação, incidindo sobre eles os encargos contratuais pactuados.

§ 4º A incorporação dos valores que ultrapassarem a margem consignável disponível ao saldo devedor da operação de crédito ou financiamento, de que trata o § 3º, e o cálculo dos encargos contratuais pactuados serão realizados pelo consignatário.

Art. 15. A consignação facultativa pode ser cancelada:

I – por força de lei;

II – por ordem judicial;

III – por vício insanável no processo de consignação;

IV – quando ocorrer ação danosa aos interesses do consignado, praticada pelo consignatário ou terceiro que com ele contrate, conforme o disposto no art. 9º;

V – por interesse do consignatário, desde que não resulte em prejuízos ao consignado;

VI – a pedido formal do consignado, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º; ou

VII – pelo consignante, a qualquer tempo, quando for comprovado que o consignatário não atende às exigências legais.

Parágrafo único – O pedido de cancelamento de consignações de que tratam os incisos I a VI do art. 3º deverá ser prontamente acatado pelo consignatário, implicando em exclusão das mesmas do Sistema, o que resultará na interrupção do desconto na folha de pagamento do mês em que for formalizado, ou na folha do mês subsequente, caso a do mês do pedido já tenha sido processada, observado o cronograma mensal do consignante e o disposto no § 2º.

Art. 16. A solicitação do saldo devedor para quitação antecipada das consignações facultativas deve ser formalizada pelo consignado e seu fornecimento deve ser efetuado pelo consignatário, observados os prazos de:

I – até cinco dias úteis contados do recebimento da solicitação, para fornecimento do boleto ou outra forma de pagamento;

II – até três dias úteis contados do recebimento do pagamento, para exclusão da consignação, observado o cronograma mensal disponibilizado pelo consignante.



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro - Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

§ 1º Para o disposto neste artigo, o consignatário obriga-se ao fornecimento de extrato financeiro constando o valor total a ser quitado, o valor do desconto praticado, a quantidade de parcelas e o valor líquido a pagar.

§ 2º O consignatário obriga-se a fornecer, mensalmente, extrato do cartão de crédito ao consignado, especificando as movimentações efetuadas e respectivos valores e, quando houver, saldo de movimentações mensais e respectivos valores relativos a faturas vencidas, correções relativas à multa e juros e o valor descontado em folha do consignado.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. A divulgação e fornecimento de dado cadastral, funcional e financeiro do consignado, inclusive quanto ao valor de margem consignável, limite e reserva de margem, somente poderá ser realizada mediante sua autorização expressa.

§ 1º A utilização ou divulgação dos dados citados no *caput*, sem autorização formal do consignado, implicará em responsabilização do agente público que a tenha realizado, permitido ou deixado de tomar as providências legais para sua suspensão, impedimento ou apuração de responsabilidade.

§ 2º Apurada a responsabilidade de agente público e havendo providência a ser tomada fora do âmbito das atribuições do Poder Executivo, será dada ciência dos fatos aos órgãos competentes, para as medidas cabíveis.

Art. 18. É necessária autorização expressa da Secretaria de Administração para o acesso, às suas dependências, de representante, agente, promotor ou corretor de consignatário com o objetivo de divulgar e vender produtos e serviços para consignação em folha de pagamento.

Art. 19. A averbação da consignação e seu respectivo desconto em folha de pagamento não implicam responsabilidade do Município por dívida, inadimplência, desistência ou pendência de qualquer natureza, assumidas pelo consignado perante o consignatário.

§ 1º O Município não integra, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo estabelecida entre consignado e consignatário, limitando-se a acatar a averbação da consignação e processar o desconto em folha de pagamento e, se realizado o desconto, repassar os valores aos consignatários.

§ 2º A ignorância do consignatário sobre os vícios de qualidade ou inadequação dos produtos e serviços oferecidos, diretamente ou por terceiros, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas, não o exime da responsabilidade civil, nos termos do que determina a legislação federal.

Art. 20. Não serão admitidos a averbação e o desconto de consignação relativa a empréstimo financeiro, assistência financeira, financiamento habitacional e despesas contraídas por meio de cartão de crédito em valor inferior a R\$10,00 (dez reais).

Art. 21. O pedido de credenciamento de consignatário e a autorização de desconto em folha de pagamento pelo consignado implicam em pleno conhecimento e aceitação das disposições contidas neste Decreto.

§ 1º O desconto de consignação em folha de pagamento será processado pelo consignante obedecidas as disposições estabelecidas neste Decreto e demais normas legais.



MUNICÍPIO DE RODEIRO

Praça São Sebastião, 215 - Centro – Rodeiro - MG

CEP: 36.510-000 CNPJ: 18.128.256/0001-44

PABX: 32.3577-1173

www.rodeiro.mg.gov.br

§ 2º Fica vedada a consignação em favor de entidade não credenciada pelo Departamento de Pessoal, obrigando-se os consignantes a zelar e assegurar o fiel cumprimento das disposições estabelecidas neste decreto.

§ 3º Fica vedado ao consignado realizar composição de obrigações pecuniárias mediante consignação, exceto quanto se tratar de instituição bancária ou financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Art. 22. Fica garantido o direito ao desconto das consignações já averbadas pelas regras vigentes antes da publicação deste Decreto, nos termos pactuados entre consignado e consignatário, até o término do contrato ou da situação que motivou a consignação.

Parágrafo único – O sistema de Folha de Pagamento e de Gerenciamento de Consignação deverá ser adaptado para as alterações dispostas neste Decreto em, no máximo, sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 23. São anexos deste Decreto:

I – Credenciamento e Recadastramento de Consignatário;

II – Autorização de Desconto em Folha de Pagamento – Empréstimo Financeiro Pessoal;

III – Autorização de Desconto em Folha de Pagamento – Consignações Diversas;

IV – Autorização de Desconto em Folha de Pagamento – Financiamento Habitacional e Imobiliário;

V – Autorização de Reserva de Margem Consignável;

VI – Solicitação de Cancelamento de Desconto de Consignação em Folha de Pagamento.

Art. 24. Revoga-se o Decreto nº 19/2021, de 02 de maio de 2001.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 03 de fevereiro de 2022.

Jose Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que este documento foi publicado no DOMM no dia 04/02/2022 Edição 3193 de acordo com a Lei n. 986/2012 e registrado no livro próprio.

Frederico Pereira Paschoalino
Matrícula nº 0493